

A receita para um "choque liberal"

por Marília Stabile
de São Paulo



Roberto Campos

na área de corte dos gastos públicos, os liberais pedem uma reforma fiscal estrutural. Nesse contexto, imprimiriam uma simplificação "drástica" nos impostos atualmente cobrados, diminuindo sua multiplicidade e reduzindo as alíquotas. Essas duas medidas

"O governo dispõe dos ideais mas não a tecnologia do liberalismo"

aumentariam a base do recolhimento, inibindo a sonegação e ampliando a arrecadação.

No capítulo específico dos cortes de gastos, Campos invoca a atual Constituição. Aplicando o artigo 164, o Banco Central, ao mesmo tempo que deixa de financiar o Tesouro tem o reconhecimento de fato de sua independência, já que, de direito, a Constituição a assegura. Estados e municípios deixariam de receber as transferências de recursos da União no exato momento em que não honrassem seus compromissos com o Executivo ou estivessem sendo "perdulários". Agindo dessa forma a União estaria exercendo seu direito também assegurado pela Constituição no parágrafo 1º do artigo 60.

No âmbito das reformas estariam tanto a administrativa quanto o início da mudança de mentalidade da sociedade. Para o deputado federal pelo PDS a questão está em resolver um certo "dilema existencial". Assim, evitando o desgaste de anunciar a dispensa de funcionários públicos — o ideal seria "cortar programas de controle, extinguindo uma Sunab, definitivamente, uma Cacex (ex-Carteira de Comércio Exterior do Banco do

Brasil), que agora virou Departamento de Comércio Exterior (Decex)".

O item desregulamentação tem vida própria na política econômica liberal e seu pressuposto básico é "a liberdade de preços", sem meio termo. É com base nessa premissa que o ex-ministro Roberto Campos classificou como "incoerente" a atitude do governo na área.

Para ele, todas as iniciativas que envolvem a desregulamentação executadas pelo governo atual como no setor de transporte, informática, privatização e tentativa de fim dos cartórios nos portos "caem por terra com o congelamento".

A liberdade de preços não viria sozinha. Assim como uma mudança "drástica" na reforma fiscal, a liberalização comercial seria mais profunda e rápida do que a atual. Ao contrário da redução gradual das alíquotas de importação que cairiam do nível médio atual de 40 para 20% só em 1994, ela seria mais acelerada. O percentual não foi fixado, se é que existe, mas no seminário o professor Roberto Campos lembrou como a economia brasileira ainda é fechada. Como parâmetro citou o México com alíquota média de importação de 8,9%, o Chile com 15% e a Argentina

"tem seu projeto nacional traduzido por Campos como o de entrar no mercado canadense e norte-americano, assim com a Europa Oriental planeja retornar à Europa". Esse seria um primeiro passo, que para chegar a algum movimento o Brasil deveria conceder isonomia de direitos e deveres ao capital estrangeiro em relação ao nacional.

Essas exigências para um pré-ingresso à economia internacional são imprescindíveis para dar consistência ao projeto liberal na medida em que abrem a possibilidade da entrada de recursos para a retomada do crescimento. "O Brasil não descobriu ainda a questão da escassez do capital", alertou o deputado federal, que durante as quatro horas de seminário na Associação Brasileira de Bancos Comerciais foi chamado por seus companheiros de mesa como futuro ministro da Economia ou, como classificou o economista Paulo Rabello de Castro, o homem a ser chamado para "revisar provas".

"Tudo cai por terra com o congelamento de preços"

com uma variação de 11 a 22%. Com esse novo perfil, estaríamos mais próximos da reintegração no contexto internacional, e mais habilitados à captação dos recursos externos.

Esses dois últimos itens seriam fundamentais para dar consistência ao "choque liberal". E nessas questões a mesa concordou que o País está na contramão.

Campos classificou o atual encaminhamento das negociações da dívida externa como "incompetência majestosa". Para ele, "deveríamos ter ampliado vantagens marginais de outras negociações e cito marginais porque não temos tanta importância para os Estados Unidos como o México", diz, complementando que esse último

"O Brasil não descobriu a questão da escassez do capital"

já estão definidas; elas incluem além de fórmulas, uma proposta de reforma da sociedade.

Na área monetária, foi herético. Campos ressaltou a importância da "preservação cuidadosa da moeda compatível com taxas razoáveis de inflação". É no entanto em torno da política fiscal a ser adotada que o detalhamento dos procedimentos ganhou força.

Embora reconhecendo parte do esforço do governo